

QUEBRANDO PARADIGMAS: DO PRECONCEITO À REALIDADE DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Jaison Sfogia Ricardo¹

RESUMO

O presente artigo propõe estabelecer uma discussão sobre o preconceito que se observa diante da Educação a Distância sob os quesitos da qualidade e da composição de seu corpo discente, em seu caráter inclusivo. Para tanto, levanta a sua inserção aparentemente positiva em relação à cultura digital contemporânea, expõe as possíveis explicações históricas do preconceito quanto à qualidade da EaD e seu acesso pelas camadas populares, além de apresentar os dados mais recentes do Censo EAD.BR 2016 acerca da percepção do preconceito nessa modalidade de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a Distância. Qualidade de Ensino. Preconceito.

ABSTRACT

The present article proposes to establish a discussion about the prejudice that is observed in Distance Education under the quality and composition of its student body, in its inclusive character. In order to do so, it raises its apparently positive insertion in relation to the contemporary digital culture, exposes the possible historical explanations of the prejudice regarding the quality of the EAD and its access by the popular layers, besides presenting the most recent data of the EAD.BR 2016 Census on the perception of prejudice in this type of teaching.

KEYWORDS: Distance Education. Teaching quality. Preconception.

¹ Pós-Graduando em Tecnologias de Informática na Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pós-Graduado em Direito Constitucional. Graduado em Direito e em Administração Legislativa. Tem experiência na área de Educação a Distância e de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), com ênfase em tutoria on-line e em TIC na educação, atuando principalmente em ambiente virtual de aprendizagem (AVA), Moodle. É membro do International Council for Open and Distance Education (ICDE); membro associado da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED)

QUEBRANDO PARADIGMAS: DEL PRECONCEPTO A LA REALIDAD DE LA EDUCACIÓN A DISTANCIA

RESUMEN

El presente artículo propone establecer una discusión sobre el preconcepto que se observa ante la Educación a Distancia bajo los requisitos de la calidad y de la composición de su cuerpo docente, en su carácter inclusivo. Para ello, levanta su inserción aparentemente positiva en relación a la cultura digital contemporánea, expone las posibles explicaciones históricas del prejuicio en cuanto a la calidad de la EaD y su acceso por las capas populares, además de presentar los datos más recientes del Censo EAD.BR 2016 sobre la " la percepción del preconcepto en esa modalidad de enseñanza.

PALABRAS CLAVE: Educación a Distancia. Calidad de Enseñanza. Prejuicio.

1. INTRODUÇÃO

O senso comum alimenta, no que se refere à educação, uma série de impressões e explicações que são difundidas para a sociedade em verdades universais, muitas delas desprovidas de qualquer confirmação com a realidade.

Uma dessas impressões liga-se ao desprestígio social da Educação a Distância, como uma modalidade de ensino de pouca qualidade, como uma empresa educacional de diploma fácil, com alunos despreparados por serem oriundos das camadas inferiores da população (MORAN, 2012, p. 111-113).

Com o intuito de estabelecer uma discussão que possa recuperar a trajetória desse senso comum e localizar na realidade o que se passa na EaD, o presente artigo busca debater essas questões considerando, acima de tudo, que dos sistemas educacionais presentes, a Educação a Distância é aquela que mais se liga à contemporaneidade da cultura digital. Muitas de suas práticas serão inevitáveis no ensino presencial quer pelo uso das novas tecnologias de comunicação e informação, quer por novas metodologias didáticas em que o

aluno desloca-se do papel passivo, receptor do saber monológico do professor e passa efetivamente ao protagonismo na relação do ensino e aprendizagem.

Com efeito, a questão do preconceito diante da Educação a Distância está associada a outras questões, fruto da sua construção histórica de implantação, na qual a qualidade sempre foi tratada como duvidosa e essa tradição negativa estendeu-se para o ensino superior em EaD, assim como para seu corpo discente que não teve oportunidade de seguir seus estudos em tempo social adequado:

A EAD está associada há décadas no Brasil ao ensino técnico, à formação rápida de trabalhadores, ao ensino supletivo, a uma segunda oportunidade, a ensino para quem mora longe (democratização de acesso). Ela tem pouco tempo de vida no ensino superior, pouco mais de uma década. É pouco conhecida, um pouco marginalizada nas estruturas universitárias presenciais e também atende a um público, em geral, de menor poder aquisitivo. Predomina a EAD também para os outros, para os pobres, para os distantes, para os que não fizeram a graduação no tempo devido (MORAN, 2012, p. 111).

Nesse contexto, acrescenta-se, por fim, os dados relativos à visão que as Instituições, alunos e professores da Educação a Distância têm diante dessa modalidade ensino, como eles veem a qualidade de ensino ofertado, a partir do Censo EAD.BR 2016 (ABED, 2017).

Com esses elementos, acredita-se que discutir e disseminar posturas mais positivas e afirmativas sobre a eficiência e eficácia da Educação a Distância permite aprofundar teórica e praticamente suas particularidades quanto a métodos e à formação pedagógicas adequadas e voltadas para a efetiva construção do conhecimento e formação profissional crítica e cidadã.

2. A CULTURA DIGITAL E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Atualmente, define-se como cultura digital o conjunto de novos códigos, linguagens e estratégias pragmáticas de comunicação baseadas na manifestação virtual possibilitado pela internet, que circula na sociedade contemporânea e ultrapassa as fronteiras geográficas e mesmo linguística (FANTIN e RIVOTELLA, 2013).

Levy (2010) utiliza-se do termo cibercultura para tal fenômeno e considera que o impacto gerado pelas novas tecnologias de informação e comunicação vem construindo uma nova visão de mundo da sociedade globalizada, em que marcas culturais vão perdendo espaço para traços globais de comportamento e consumo.

No bojo da cibercultura, Levy (2010) acredita que a educação tenha um novo impulso nesse espaço de socialização, organização, informação e conhecimento.

Assim considerada, a educação é afetada por essa nova cultura e cria no ambiente acadêmico inúmeras reflexões sobre como é possível agregar conhecimento, ensino e aprendizagem à cultura digital disseminada por toda a sociedade frente à grande oportunidade de acesso a essas novas tecnologias.

Para Gadotti, a contemporaneidade da sociedade baseia-se na rede de comunicação e informação na qual é fundamental a formação crítica para essa nova realidade:

Vivemos hoje numa sociedade de redes e de movimentos; uma sociedade de múltiplas oportunidades de aprendizagem, chamada de sociedade aprendente; uma sociedade de aprendizagem global, na qual as consequências para a escola, para o professor e para a educação em geral, são enormes. Torna-se fundamental aprender a pensar autonomamente, saber comunicar-se, saber pesquisar, saber fazer, ter raciocínio lógico, aprender a trabalhar colaborativamente, fazer sínteses e elaborações teóricas, saber organizar o próprio trabalho, ter disciplina, ser sujeito da construção do conhecimento, estar aberto a novas aprendizagens, conhecer as fontes de informação, saber articular o conhecimento com a prática e com outros saberes. (GADOTTI, 2010, p. 14).

Nesse aspecto, destaca-se que a Educação a Distância, como uma modalidade de ensino já em seus princípios, propicia a assimilação das novas tecnologias de informação e comunicação em sua disseminação e organização curricular com vistas à formação acadêmica e profissional do cidadão, como consta no próprio Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta a EaD:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017).

Dessa maneira, assiste-se a uma modalidade de ensino totalmente em acordo e sintonia com essa nova ordem mundial de circulação de informação e comunicação.

Nesses termos, a cultura digital e o domínio da manipulação dessas novas tecnologias facilitam o desenvolvimento e o crescimento dos cursos de Educação a Distância em todo o mundo.

Assim, nesse ambiente educacional e de cultura digital vivenciada cotidianamente pelos vários segmentos sociais em suas mais diversas faixas etárias não são, em princípio, situações antagônicas, ao contrário, os recursos e as tecnologias de comunicação estabelecem perfeito diálogo entre ambos.

No contexto brasileiro, pode-se afirmar que políticas públicas e iniciativa privada, sobretudo, no ensino superior, têm se dedicado, na última década, à expansão e ao crescimento exponencial de cursos geridos sob a modalidade de Ensino a Distância, fato esse expressos em dados estatísticos.

Segundo o Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior, o crescimento das matrículas nos cursos de nível superior a distância registrou, de 2009 a 2015, aumento de 66%, sendo que o número total de concluintes nos cursos a distância cresceu 23% de 2014 a 2015 (eram 190 mil e passaram a 234 mil). (SEMESP, 2017).

Tal crescimento também é explicado pela capacidade de inclusão que essa modalidade de ensino abarca, sendo que isso já era previsto no início do grande *boom* de seu crescimento:

A educação a distância (EaD), antes vista como uma modalidade secundária ou especial para situações específicas, destaca-se hoje como um caminho estratégico para realizar mudanças profundas na educação. É uma opção cada vez mais importante para aprender ao longo da vida, para a formação continuada, para a aceleração profissional, para conciliar estudo e trabalho. (MORAN e MASETTO, 2015, p. 63).

Nesse sentido, a Educação a Distância, em correlação às práticas sociais contemporâneas baseadas nas novas tecnologias de comunicação e informação, é uma opção motivadora para a formação básica e continuada do profissional que lhe é requisitado pelo mercado de trabalho em constante estado de transformações, no qual o aluno está apto a adquirir uma postura crítica, planejada e disciplinada para fazer a sua própria gestão do conhecimento.

3. A PERCEPÇÃO DA CARÊNCIA DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Historicamente, no Brasil o Ensino a Distância foi reservado à formação profissional em nível fundamental ou médio e à própria formação da educação básica para aqueles que não tiveram oportunidade de acesso ao ensino presencial. (MORAN, 2012)

Fragale Filho (2003, p. 13) aponta que a Educação a Distância, por muito tempo, “foi vista com desconfiança, tratada como uma forma supletiva ou complementar do ensino presencial, ela foi quase ignorada nas preocupações legislativas relativas à regulamentação da educação no Brasil”.

A Educação a Distância de formação superior só foi legislada em 1996, com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, portanto, um fenômeno recente na história do ensino superior no Brasil.

Desse fato, surge a percepção do senso comum sobre a qualidade questionável que essa modalidade de ensino comporta e até mesmo o preconceito a ele imposto por transpor as condições socioeconômicas dos alunos do Ensino a Distância dos cursos profissionalizantes e de formação básica.

A esse respeito, Fernandes e Palange (2014, p. 42) destacam que “talvez venha daí o preconceito com a EaD, pois alguns consideravam-na adequada apenas para uma população de baixa renda e voltada para formação de profissionais de segunda classe”.

Nesse foco de análise, Maia e Mattar destacam que:

A falta de consideração, de reflexão e de interesse por uma teoria da educação a distância é, provavelmente, responsável pela sensação de falta de identidade do setor e, até mesmo, de uma sensação de estar à margem, de ser um primo pobre da educação, um estepe. Fato que tem levado também a uma série de experiências malsucedidas, a cursos e diplomas de qualidade duvidosa e ao preconceito, que ainda é muito forte, de que a EaD não é séria, de que com EaD não conseguimos formar bons profissionais; ou de que o curso a distância é mais fácil que o curso presencial tradicional, mito que, como muitos outros, é facilmente desmistificado. (MAIA e MATTAR, 2007, p. 14).

Mugnol reforça que a construção de tal preconceito está delimitada pela sua clientela, carente de oportunidades educacionais, ou seja, as massas populares, criando-se uma visão depreciativa diante do ensino superior pelo EaD:

A forma inicial de oferta dos cursos a distância era a correspondência e tinha como finalidade ampliar a oferta de oportunidades educacionais, permitindo que as camadas sociais menos privilegiadas economicamente pudessem participar do sistema formal de ensino, sobretudo da educação básica, uma vez que as preocupações iniciais da EAD estavam focadas neste nível de ensino e em cursos preparatórios para o trabalho. A exemplo do que acontece nos dias atuais, as iniciativas de EAD eram tidas como de baixo nível, faziam parte dos ideais de democratização do ensino, mas sofriam preconceitos e tinham o estigma de ser um ensino destinado às massas, à população marginalizada, para compensar os atrasos educativos provocados pelo modelo capitalista de desenvolvimento. (MUGNOL, 2009, p. 337).

No entanto e diante de tal construção simbólica depreciativa, Longo (2017) afirma que a realidade tem demonstrado que, no que se refere à aprendizagem, não há diferença entre o aluno oriundo do curso presencial e o aluno do Ensino a Distância, o que, por sua formação, a noção de qualidade de ambos os cursos não se diferenciam:

Indicadores de qualidade nacionais e internacionais mostram que não existe diferença na qualidade do ensino e da aprendizagem entre as modalidades presencial e a distância. Por isso, a educação híbrida desponta como o futuro da educação em todos os níveis, principalmente no ensino superior (LONGO, 2017, p. 17).

Nesse âmbito, pode-se ainda considerar e reforçar que os instrumentos de aprendizagem do Ensino a Distância requerem de seu aluno maior disciplina organizacional, planejamento para execução das tarefas, autonomia reflexiva para a seleção e busca do conhecimento.

No tocante ao papel do professor-tutor, o Ensino a Distância necessita de um novo paradigma de ensino que se fundamente na mediação do conhecimento, na escolha do material de aprendizagem e nas estratégias de ensino que se adaptam às tecnologias disponíveis.

Segundo Cortelazzo (2013, p. 137), o professor estabelece uma nova dialogia educacional com seu aluno, que apresenta “a interação, a colaboração e a construção de conhecimento como outros fundamentos da EAD que estão relacionados à prática pedagógica dos professores e à aprendizagem dos alunos”.

Para isso, é necessário igualmente um novo instrumental didático metodológico que, por vezes, sofre resistência por parte do corpo docente. Desse modo, perante essa resistência aprofundam-se as dicotomias entre o ensino presencial e a distância, que se confundem com o próprio preconceito, devido à presença de professores pouco dispostos a buscarem novos paradigmas de ensino e aprendizagem ou com pouca destreza diante das novas tecnologias, que por vezes rejeitam de antemão o Ensino a Distância:

O modelo tradicional presencial de ensino e aprendizagem constitui um paradigma difícil de ser quebrado, inclusive por professores e tutores que trabalham com ensino a distância, havendo por vezes, dificuldade em adotar verdadeiramente uma conduta

compatível com o modelo de EaD, principalmente no tocante à necessidade da presença do professor e do aluno no mesmo lapso espaço-temporal. Isto gera a necessidade de uma formação específica tanto para os professores quanto para os estudantes que pretendem participar de um curso a distância, principalmente para aqueles que não são familiarizados ao menos com os mais básicos recursos de tecnologia da informação (CORRÊA; SANTOS, 2009, p. 293).

Outro fator que alimenta a noção sobre o baixo desempenho qualitativo da EAD liga-se às próprias instituições de ensino superiores públicas diante das privadas. Em sendo a Educação a Distância fortemente oferecida pela iniciativa privada, esta na atuação presencial sempre foi vista como de baixa qualidade pela sociedade, invertendo a situação do ensino básico, no qual é da iniciativa privada a melhor formação para as grandes universidades públicas brasileiras.

Por fim, Machado; Miranda (2006) *apud* Corrêa; Santos (2009) destacam que o preconceito sobre a qualidade da Educação a Distância vincula-se a experiências inacabadas e descontínuas:

Um pouco dessa dúvida quanto à utilização da metodologia a distância ou semipresencial na universidade vem do fato de que a EAD ainda não conseguiu ter uma verdadeira aceitação governamental e social no país muito pela falta de continuidade de vários projetos, a falta de memória administrativa pública brasileira e o preconceito em relação a um sistema pedagógico que se relaciona com o aluno a distância (MACHADO; MIRANDA, 2006 *apud* Corrêa; Santos, 2009, p. 277).

Diante dessas considerações, pode-se afirmar que a percepção da baixa qualidade do Ensino a Distância está condicionada a um complexo de pressupostos subjetivos e de apreciação disseminados equivocadamente ao longo de um processo histórico, o que contribui inclusive para a negação de debates mais intensos de caráter teórico e de experiências práticas acerca de sua metodologia, eficiência e eficácia nos quadros acadêmicos e seus benefícios sociais reais, na medida em que pode oferecer ensino a pontos geográficos desprovidos de cursos presenciais.

4. O CENSO EAD.BR 2016 DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E AS SUAS ATUAIS PREOCUPAÇÕES

A elaboração anual de censos educacionais possibilita extrair uma realidade que por vezes são apagadas pelo senso comum, pois os dados empíricos levantados atestam uma orientação para a construção de um quadro mais próximo da efetiva experiência. Nesse sentido, opta-se por analisar o Censo EAD.BR 2016 com o intuito de se ratificar ou retificar a noção de preconceitos sobre a Educação a Distância.

Antes de se dedicar à análise do Censo EAD.BR 2016, faz-se necessário observar que toda e qualquer análise sobre a qualidade do Ensino a Distância passa por uma análise sobre as instituições que a oferecem. Segundo Longo (2017), há no Brasil uma concentração monopolista de grandes Instituições de Ensino Superior que não somente concentram o ensino presencial como o a distância:

Se olharmos os dados do Censo EAD.BR, podemos atestar que as dez maiores instituições de ensino superior detêm 80% dos polos presenciais e 73% dos estudantes na modalidade a distância, sendo que a maior parte dessa concentração se deu por aquisição e não por crescimento orgânico institucional. Na prática, a regulação atual não promoveu inovação e qualidade, e sim uma grande concentração de alunos nos grandes grupos educacionais privados no Brasil. (LONGO, 2017, p. 17).

Nesse aspecto, a busca pela qualidade de ensino desses grupos educacionais tem na política pública de avaliação externa a possibilidade para a efetiva e orientadora ação com vistas às mudanças de paradigmas para a busca permanente de qualidade formadora de seus cursos, bem como as avaliações do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (*ENADE*) permitem a construção de processos de consciência discente e docente mais exigentes que demandem por qualidade constante.

Diante disso, vê-se que as preocupações mais recentes proferidas no Censo EAD.BR 2016 ligam-se precisamente às práticas pedagógicas e à consequente melhora de qualidade:

Outros dois pontos de atenção estavam, até 2014, relacionados aos desafios organizacionais de estrutura de pessoal para a EAD e à resistência dos alunos e educadores à modalidade. Em 2015, a inovação tecnológica e a infraestrutura assumem o topo das preocupações. Já em 2016, um novo ponto é apresentado e as instituições declaram como principal desafio a inovação em abordagens pedagógicas. (TOMELIN, 2017, p. 23).

Considerando-se que a qualidade de ensino não abrange somente essa modalidade educacional, mas nela recai o estigma da qualidade duvidosa, é importante salientar que mudanças ocorrem no sistema de educação por necessidades que foram manifestadas pela própria sociedade em uma perspectiva global da educação como um todo.

De modo geral, Kenski destaca que:

A nova cultura tecnológica fortalece as condições para que as ações educativas promovidas pela universidade possam sair do seu isolamento e do seu ‘autismo’ e se integrem colaborativamente com as demais instâncias da sociedade e, por mais surpreendentemente que pareça, com as demais áreas, cursos e professores da própria universidade. (KENSKI, 2013, p. 75).

Nesse aspecto, ao se verificar no Censo EAD.BR 2016 nota-se que há uma preocupação real com a prática pedagógica diante da modalidade de Ensino a Distância, “em 2016, um novo ponto é apresentado e as instituições declaram como principal desafio a inovação em abordagens pedagógicas” (TOMELIN, 2017, p. 23), colocada pelas próprias instituições que o promovem, está-se diante de uma mudança positiva com vistas não só à qualidade, mas também ao enriquecimento teórico e acadêmico, levando em consideração as particularidades que essa modalidade contém.

Ao observar a resistência do corpo docente e discente sobre a Educação a Distância, o Censo EAD.BR 2016 apresenta uma mudança de percepção quanto a sua importância no sistema educacional brasileiro, sobretudo, pelo seu caráter inclusivo.

A esse respeito, Tomelin (2017, p. 23) destaca que “a questão da resistência dos docentes muda, nos últimos dois anos, para uma percepção positiva de que a EAD permite atingir públicos que não poderiam estudar em um formato totalmente presencial”, observado no Censo EAD.BR 2016 (2017, p. 71) a partir do índice de concordância de 4,5 sobre 5.

Sobre essa questão e ao que se liga à manutenção de preconceitos diante dessa modalidade de ensino, o seu caráter inclusivo alimenta a ideia de que seus alunos não tiveram a oportunidade de estudar em seu tempo escolar adequado e que sua região é desprovida de atendimento em nível superior, reforçando o caráter compensatório da Educação a Distância para a população desprovida economicamente.

Nessa perspectiva, Colombo et al. destaca que:

O fato de o acesso dos mais empobrecidos à educação formal crescer forte e rapidamente impõe desafios enorme aos educadores. Muitos saem de contextos diferenciados, onde não raro tiveram pouco estímulo à leitura, foram privados de alimentação adequada na infância, conviveram em ambientes de violência extrema e sofreram com o preconceito. Em termos educacionais, essa população exige novas estratégias pedagógicas e diferentes arranjos organizacionais. Nesse sentido, a EAD também pode dar uma colaboração fundamental. (COLOMBO et al., 2011, p. 168).

No que diz respeito à média de idade dos alunos, os dados do Censo EAD.BR 2016 revelam que os alunos dos cursos superiores a distância estão concentrados principalmente nas faixas etárias de 26 a 30 anos e de 31 a 40 anos, o que sugere que são pessoas que não tiveram acesso imediato ao ensino superior após a conclusão do ensino médio e são, em sua grande maioria, trabalhadores e estudantes. (ABED, 2017).

Outros elementos que se mostram nos dados colhidos e que se ligam a um movimento de transformação sobre os preconceitos quanto à qualidade de ensino ofertado estão auferidos nas questões pedagógicas, que passaram a ser o cerne das preocupações e desafios das Instituições:

Quando perguntamos a opinião dos respondentes acerca dos desafios da EAD, chamou a atenção o fato de que 8 das 9 afirmações com as quais mais houve concordância dizem respeito aos cuidados que se deve tomar com a EAD. Encabeçando a lista está a afirmação de que a EAD exige inovação em abordagens pedagógicas. (ABED, 2017, p. 69).

Diante do conjunto de preocupações e desafios, ainda, destaca-se a seguinte ordem de preocupação decrescente:

Uma inclusão nova, que foi inserida no Censo EAD.BR 2016 por termos observado, em 2015, que as questões pedagógicas estavam preocupando os gestores de EAD. De fato, trata-se da maior preocupação de todas, seguida por inovação tecnológica, inovação de processos administrativos, alto padrão de infraestrutura, contratação de profissionais capacitados, formação contínua, desenvolvimento de estrutura de apoio aos alunos e estrutura administrativa complexa. (ABED, 2017, p. 69).

No entanto, observa-se que a inovação, em abordagem pedagógica, não se define de maneira concreta nesse inquérito e envolve, sobretudo, profissionais capacitados e formação contínua, elementos inseparáveis para uma transformação voltada ao aumento da qualidade de qualquer ensino formal, que na ordem estabelecida pelo Censo EAD.BR 2016 estão abaixo da inovação tecnológica e administrativa e alto padrão de infraestrutura.

Por fim, destacam-se os níveis neutros de concordância em escala Likert de 1-5 pontos para a percepção de resistência e qualidade da Educação a Distância:

M. O corpo discente da minha instituição tende ser resistente à EAD; acreditam que a qualidade do ensino presencial é superior à EAD, índice de concordância 2,71.
N. O corpo docente da minha instituição tende ser resistente à EAD; acreditam que a qualidade do ensino presencial é superior à EAD 2,66. (ABED, 2017, p. 70).

Nesses dois aspectos, pode-se sugerir que dentro das Instituições que oferecem a Educação a Distância essas percepções negativas de qualidade tendem a ser neutralizadas. Isso produz uma leitura de confiança de seus alunos que de uma maneira ou de outra será

traduzida para a sociedade em uma diminuição do peso negativo que essa modalidade educacional carrega consigo, o que sugere que as demandas de formação profissional possam ser ofertadas pelo Ensino a Distância.

Assim posto, os dados que se apresentam e nos limites desta presente exposição, observam-se que tanto a preocupação com a qualidade do ensino como a percepção positiva da EaD estão em movimento crescente de renovação e associadas à cultura digital que se vivencia cotidianamente.

Assimilando-a, sem dificuldade, permite-se afirmar que a modalidade de EaD tornar-se-á cada vez mais uma opção para aqueles que necessitam de uma formação profissional básica ou continuada. Isso se deve a sua qualidade de acesso e a diversidade de materiais e, sobretudo, torna-se eficiente para aqueles que querem e sabem gerir seu tempo, conhecimento e análise crítica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se afirmar que a cultura digital da sociedade contemporânea e com ela o acesso à informação e comunicação propiciam novos modelos educacionais, dentre os quais a Educação a Distância é, nesse contexto, extremamente privilegiada.

No entanto, vista de uma maneira histórica, os pré-julgamentos negativos acerca dessa modalidade de ensino ainda persistem e circulam na sociedade brasileira e, embora, o ensino superior a distância seja um fato novo em sua legislação, os preconceitos ainda são manifestados.

Podem-se agrupar esses preconceitos em duas categorias principais: qualidade deficitária de ensino e corpo discente socialmente desfavorecido.

Nesses agrupamentos, viu-se que quanto à qualidade de aprendizagem, o desempenho de seus alunos não está aquém dos alunos dos cursos presenciais e quanto ao seu corpo discente, o preconceito é o próprio que norteia toda a sociedade brasileira baseada em um nível assustador de desigualdade social em que a inclusão toma-se como sinônimo de paternalismo ou populismo, o que em nada avança a discussão.

Por fim, pode-se sugerir que essas percepções negativas estão caminhando para um processo de superação, ao menos no interior da própria modalidade de ensino, a partir da observação e da análise dos dados estatísticos que são levantados anualmente por alunos e docentes da Educação a Distância, que pode resultar em um processo de mudança do olhar da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (ABED). **Censo EAD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2016**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm> Acesso em: 02jun.2018.

COLOMBO, S. S. [et al.] (Org). **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORRÊA, S. C.; SANTOS, L. M. M. dos. Preconceito e educação a distância: atitudes de estudantes universitários sobre os cursos de graduação na modalidade a distância. **ETD - Educação Temática Digital**. Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. 273-297, dez. 2009. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/926>>. Acesso em: 02jun.2018.

CORTELAZZO, I. B. C. **Prática pedagógica, aprendizagem e avaliação em educação a distância**. Curitiba: InterSaber, 2013.

FANTIN, M.; RIVOLTELLA, P.C. **Cultura digital e escola: Pesquisa e Formação de professores**. Campinas: Papirus, 2012.

FERNANDES, C.; PALANGE, I. **2000-2010: uma odisseia da EaD no espaço virtual: memórias de uma trajetória**. Curitiba: InterSaber, 2014.

FRAGALE FILHO, R.. O contexto legislativo da Educação a Distância. In: ROVER, A. J.;FRAGALE FILHO, R.; (Org.). **Educação a distância: análise dos parâmetros legais e normativos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.

KENSKI, V. M. **Tecnologias e tempo docente**. Campinas: Papirus, 2013.

LEVY, P. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LONGO, C. A regulação da educação a distância e a qualidade do setor: dados de opinião. In: Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED). **Censo EAD.BR: Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2016**. Curitiba: InterSaber, 2017.

MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD**. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MORAN, J.M. **Educação a Distância: pontos e contrapontos**, São Paulo: Summus Editorial, 2012.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. A. B. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2015.

MUGNOL, M. **A Educação a Distância no Brasil: conceitos e fundamentos**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 27, p. 335-349, maio/ago. 2009.

ROSA, A. da. **Educação a distância: desafios e oportunidades**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.

SINDICATO DAS MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR (SEMESP). **Mapa do Ensino Superior no Brasil 2017**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.semesp.org.br/site/pesquisas/mapa-do-ensino-superior-2017/>> Acesso em: 02 jun. 2018.

TOMELIN, J. F. Perfil das instituições que ofertam EAD no Brasil. In: Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED). **Censo EAD.BR: Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2016**. Curitiba: InterSaber, 2017.

Jaison Sfogia Ricardo

Pós-Graduando em Tecnologias de Informática na Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pós-Graduado em Direito Constitucional. Graduado em Direito e em Administração Legislativa. Tem experiência na área de Educação a Distância e de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), com ênfase em tutoria on-line e em TIC na educação, atuando principalmente em ambiente virtual de aprendizagem (AVA), Moodle. É membro do International Council for Open and Distance Education (ICDE); membro associado da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED).

Artigo recebido em 17/02/2018

Aceito para publicação em 16/07/2018

Para citar este trabalho:

RICARDO, Jaison Sfogia. QUEBRANDO PARADIGMAS: DO PRECONCEITO À REALIDADE DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Revista Paidéi@. Unimes Virtual. Volume 10. Número 18 – Julho – 2018 – Disponível em:

<http://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php?journal=paideia&page=index>